

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

### **Grupo de Trabalho: Parceiros e Beneficiários do Edital Fundo Casa**

**Eixo 1 - Garantia de Direitos de Identidade e Permanência sobre o Território.**

**Eixo 2 - Revisão do modelo centralizado de geração e das tecnologias para sustentabilidade.**

**Eixo 3 – Acesso a democratização da informação e formação para a mobilização e articulação.**

**Eixo 4 - Inclusão da agenda climática e suas nuances.**

**Eixo 5 - Processos legais de licenciamento ambiental.**

**Eixo 6 - Gestão das Águas e Revitalização do São Francisco.**

### **Eixo 1 - Garantia de Direitos de Identidade e Permanência sobre o Território.**

Segundo percepção e coleta de depoimentos, no que tange ao uso do território promovido pelos empreendimentos de energias renováveis, temos em curso um desmonte das políticas e dos instrumentos para garantia de direitos de permanência e acesso à terra conquistados historicamente pelos povos originários, bem como um abuso de práticas que utilizam de brechas legais e ausência de controle para violação desses direitos – em prol de um projeto de desenvolvimento ainda de modelo arcaico e excludente – completamente desalinhado com o propósito do desenvolvimento pautado na sustentabilidade que propõe as energias renováveis.

Em especial, no que diz respeito a garantia de direitos de acesso e uso da terra a povos originários – tradicionais – a fragilidade da estrutura fundiária e dos mecanismos de regularização fundiária brasileiro tem incentivado um percurso viciado de cooptação e uma espécie de “más práticas” público-privadas visando apropriação dos imóveis rurais nas poligonais dos empreendimentos. As práticas

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

relatadas seguem um modelo excludente e danoso alicerçado em pilares que usam da exploração da vulnerabilidade de povos nos territórios historicamente explorados para assinatura de contratos de ganhos unilaterais, ausentes de transparência e respeito aos instrumentos legais.

Portanto, faz-se necessário uma agenda de fortalecimento mais abrangente, feita sob medida para os povos e comunidades tradicionais e originários. Esta é uma reforma de longo prazo que requer novas parcerias entre líderes tradicionais/indígenas, governos e líderes corporativos para ter sucesso, com todos os parceiros preparados para desempenhar seus papéis de maneira diferente.

A estrutura de fortalecimento sugerida baseia-se no artigo 231 da Constituição Federal e pela falta de inclusão dos povos tradicionais/indígenas em programas e projetos de energia.

### **Sugestões de recomendações:**

- Respeitar os direitos e garantir o uso e acesso à terra e das zonas de recursos pesqueiros para grupos de identidade tradicional e para o objetivo da conservação da biodiversidade.
- Aplicar e modernizar as políticas e instrumentos para delimitação, zoneamento, gestão e gerenciamento das áreas protegidas e para conservação ambiental em face aos megaempreendimentos.
- Criar instâncias isentas/autônomas para suporte, monitoramento de acordos e processos, em conexão com corregedorias de assuntos ligados a situação fundiária e garantia de direitos visando Assistência Técnica para elaboração, leitura de contratos e suporte à assinatura, bem como monitoramento dos acordos firmados – ex. financiamento de câmaras de assistência técnica com fundos e programas de compensação para apoio jurídico, psicossocial e multidisciplinar.

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

- Estabelecer uma comissão composta por movimentos sociais, associações e entidades representativas, por território, para fazer interlocução e difusão de informações entre poder público e comunidades potencialmente prejudicadas pela geração e distribuição de energia.
- Avançar com o CAR (CEFIR na Bahia) para PCT em terras coletivas
- Incentivar a demarcação de territórios pesqueiros, indígenas, tradicionais, caiçaras e ribeirinhos em áreas de conflitos já descritas.
- Possibilitar por meio da aplicação das Políticas Públicas o reconhecimento e o valor cultural das Comunidades Tradicionais/Indígenas para que possam preservar, manter, renovar e adaptar seu patrimônio cultural e ambiental, inclusive transmitindo às gerações futuras.
- Garantir a proteção dos direitos para prevenir os impactos adversos do desenvolvimento de energia renovável nas comunidades tradicionais/indígenas.
- Garantir que os projetos de energia renovável estejam totalmente alinhados com o respeito e a proteção dos direitos humanos.
- Proporcionar aos povos tradicionais/indígenas acesso aos benefícios diretos desses projetos de forma consistente com suas necessidades auto determinadas e aspirações de desenvolvimento.
- Criar instâncias isentas/autônomas para apoio, acompanhamento de convênios/contratos e processos voltados à assistência técnica-legal, psicossocial e multidisciplinar.

### **Eixo 2 - Revisão do modelo centralizado de geração e das tecnologias para sustentabilidade.**

Os grandes projetos de infraestrutura para diversificação da matriz energética brasileira vêm replicando os impactos e conflitos observados, por exemplo, nos desastrosos processos de implantação das hidrelétricas e outros empreendimentos de grande porte para infraestrutura no país. Pelos relatos e percepções coletadas,

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

uma real transição para um modelo de desenvolvimento realmente sustentável, inclusivo e com justiça, é ainda um dos maiores desafios das políticas públicas e das ações empresariais.

Diferentemente das tecnologias de engenharia desses empreendimentos geradores de energia, as tecnologias normativas de Estado para orientação e controle para seleção de áreas, implantação e operação, que por sua vez tem a função de gerar garantias e salvaguardas ambientais, sociais e econômicas, retrocederam com a simplificação e generalização de procedimentos regulatórios que desconsideram impactados e concentram ganhos econômicos.

No que tange às plantas de geração de energia eólica, solar e até hidrelétricas, um cenário crítico de descompasso de propósitos e narrativas arquitetadas, inclusive envolvendo órgãos de estado, tem ocultado impactos sistêmicos que são relatados em diferentes estados brasileiros interferindo na dinâmica de diferentes grupos sociais. Descompasso esse inclusive com as agendas dos ODS, Acordo de Paris, e Pacto Global para Conservação. Estados como Pernambuco, Bahia, Ceará, por exemplo, já contam com um apanhado de evidências e estudos demonstrando, inclusive, que a concentração de plantas geradoras são prejudiciais e concentram impactos em grupos específicos, historicamente vulneráveis, carentes de um zoneamento específico para a garantia dos usos múltiplos do território.

### **Sugestões de recomendações:**

- Investir no desenvolvimento de modelo justo e inclusivo de implementação das plantas de energias renováveis, compondo modelos intermodais de plantas geradoras – equilibrando centralizadas e descentralizadas;
- Oportunizar projetos de iniciativas locais, propostos pela comunidade, que aliem garantias de conservação/renda/identidade;
- Implantar redes de dados e inteligência para modernização de políticas e práticas específicas ao setor de energias renováveis;

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

- Estabelecer indicadores globais (macro) e indicadores locais (micro) integrados para cadeia de responsabilidades para prestadores de serviços.
- Influenciar a ANEEL e a EPE para estabelecer outro modelo de transição energética nas fontes eólicas e solar. O planejamento das agências deve ter mecanismo de ampla divulgação, com acesso fácil ao conjunto da sociedade. A transição energética não é só mudança de fonte de energia, mas também de forma e métodos de implantação e desenvolvimento.
- Criar iniciativa pública para a promoção de ações regulatórias mais eficazes no abastecimento e produção de energia no Brasil.
- Promover Grupos de Trabalho que englobem povos tradicionais, comunidades indígenas que vivenciam casos de injustiça socioambiental. Esses e essas participem de formas de incidência nas diversas esferas do poder público para a avaliação de risco e impactos socioambientais de megaempreendimentos de energia).
- Estabelecer políticas de investimentos na cadeia produtiva da pesca e no extrativismo de áreas marinhas e costeiras.

### **Eixo 3 – Acesso a democratização da informação e formação para a mobilização e articulação.**

O processo participativo requer uma boa articulação e um conhecimento das ferramentas das políticas de desenvolvimento, territoriais e ambientais para que a incidência política seja a mais eficaz possível.

A sociedade civil brasileira tem criado instâncias de articulação, criando redes, espaços de formação e capacitação, fóruns, observatórios, comitês de articulação de organizações locais, estaduais, regionais e nacionais para fortalecer a formulação, o acompanhamento e o monitoramento das políticas públicas.

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

No Nordeste não é diferente, várias instâncias já existem, mas é necessário e mesmo fundamental o fortalecimento institucional nesses lugares, em especial de comunidades mais vulneráveis. Ações coletivas de enfrentamento são estratégias fundamentais, visando minimizar os impactos e garantir os direitos e a justiça socioambiental das comunidades.

A participação social é um instrumento de acesso à democracia e pode contribuir com o desenvolvimento regional, sendo um caminho para lutar por mais direitos e tornar pessoas mais conscientes sobre seus direitos e deveres.

E como forma de inclusão, capacitar e formar são ferramentas efetivas de transformação social a médio e longo prazo que resultam na quebra de ciclo da pobreza, dar poder à sociedade, além de sanar carências sociais com a formação de sujeito crítico.

Formar um cidadão crítico é dar condições para que ele possa refletir e atuar integrado na sociedade e relacionando as ideias de justiça, liberdade e democracia.

### **Sugestões de recomendações:**

- Incluir nas formações conceitos como energia, acesso a recursos e justiça nas discussões sobre o clima, além de dados e estatísticas sobre graus de aquecimento e concentração de carbono na atmosfera.
- Incluir processos educativos voltados à mobilização, sensibilização, capacitação, organização e participação individual e coletiva, na construção de sociedades sustentáveis para garantir o entendimento sobre as etapas dos projetos e garantir o controle social.
- Inserir a Educação do Campo e a Educação Ambiental de forma transversal com fins de garantir a formação continuada dos atores sociais envolvidos, a fim de promover programas setoriais e projetos socioambientais destinados à contribuir com a formação dos trabalhadores, visando à melhoria e o controle efetivo sobre suas condições e o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente.

## SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA

---

- Criar e fortalecer redes e fóruns de debate e dar subsídios a participação social, visando o monitoramento de empreendimentos e das comunidades atingidas, além de ser uma oportunidade de tirar dúvidas, capacitar entidades e lideranças sobre instâncias de incidência e a promoção de ações coletivas de enfrentamento.
- Fortalecer a articulação com o CBHSF e os comitês estaduais da bacia do rio São Francisco. Estes comitês são estratégicos, dado seu caráter deliberativo e com participação social bem razoável.
- Capacitar comunidades tradicionais/indígenas fortalecendo a troca de conhecimento, solidariedade e colaboração entre os vários atores.
- Desenvolver formações em comunicação e criação de linhas de financiamento para fortalecer a difusão das narrativas locais das comunidades prejudicadas pela geração e distribuição de energia.
- Viabilizar editais públicos, privados, nacionais e internacionais ou outras formas de mobilização de recursos para projetos de comunidades tradicionais e de pequenas e médias organizações da sociedade civil. Estes projetos são essenciais para o fortalecimento institucional e para a execução de ações de boas práticas sociais e ambientais.

### **Eixo 4 - Inclusão da agenda climática e suas nuances.**

Debater a agenda climática envolve correlacionar os acordos globais com os projetos de desenvolvimento que tem como pilares – ou discursos – a “segurança” na permanência do equilíbrio ambiental, social e de desenvolvimento econômico e em suas interdependências.

Mais uma vez falamos de usos múltiplos que se sobrepõem e tornam-se conflituosos à medida que desabonam as diferentes necessidades sociais, ambientais e econômicas, replicando o modelo atual de exclusão.

O viés puramente econômico tende as iniciativas ao colapso, pois falar de plano de desenvolvimento com responsabilidade climática é equacionar a resiliência ambiental, social e econômica dos projetos e dos locais de intervenção.

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

Temos hoje que a aplicação do velho modelo numa roupagem de “novo modelo” tem, em verdade, agravado as condições locais ambientais e sociais, ampliando o risco do não cumprimento dos objetivos ambientais e metas globais de segurança climática, e ainda agravando a situação de vulneráveis não resilientes aos novos impactos.

Mesmo após a descolonização formal, o modelo econômico extrativista é mantido por empresas cujas cadeias produtivas se estendem além das fronteiras e mostram pouco respeito pelas comunidades locais ou pelo meio ambiente.

Reconhece-se que esse modelo hoje instalado beneficia a pequena parcela de pessoas mais ricas e afeta as mais pobres provocando conflitos promovidos pela desigualdade no acesso e na distribuição dos recursos ambientais, culminando em racismo ambiental e na desestabilização dos ecossistemas.

Para tanto, é essencial a educação ambiental crítica para que as pessoas se percebam enquanto parte importante nas tomadas de decisão, que se constituam em grupos para o seu fortalecimento e que assim possam lutar pelos seus direitos fundamentais.

Assim, adotar as medidas cautelares de prevenção, antes da efetiva degradação do meio ambiente, parece ser a decisão mais acertada para a mudança desse modelo.

### **Sugestões de recomendações para:**

#### **Transição energética**

- Viabilizar narrativas sobre a lente climática na transição energética.
- Sensibilizar setor empresarial demonstrando risco do greenwashing (conectar macro ao micro).
- Definir novos indicadores e cadeias de responsabilidades de prestadores de serviços.
- Desenvolver novas tecnologias sociais, ambientais e de gestão para alinhamento da política brasileira aos marcos normativos globais.



## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

- Promover práticas de gestão sustentável de recursos naturais em áreas de produção.
- Promover espaços de participação nas negociações para os mais afetados pela crise climática.
- Defender o direito dos povos indígenas e das comunidades guardiãs e protetoras do meio ambiente que são duramente afetados pela crise climática.

### **O uso e ocupação do solo:**

- Mapear áreas de vulnerabilidade e riscos ambientais em escala regional e ou local.
- Trabalhar para que o Poder Público elabore o adequado ordenamento físico e ambiental no uso da propriedade privada urbana e rural e bens públicos, bem como o Zoneamento Econômico e Ambiental, de forma participativa.
- Analisar e referenciar nos Estudos Ambientais o uso de documentos e estudos confiáveis produzido por pesquisadores e Universidades, que indicam as áreas prioritárias para conservação e que se analisem os limiares ecológicos para manutenção da vegetação nativa.
- Priorizar áreas degradadas como alternativas locacionais, para implantação dos projetos de grande impacto, não interferindo em áreas com funções ecológicas indispensáveis para manutenção da biodiversidade.
- Que sejam promovidos o incentivo a ações rápidas de recuperação de áreas degradadas visando escalas das bacias hidrográficas.
- Promover formas sustentáveis de produção e beneficiamento agroecológicos para melhorar o manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola.
- Promover o extrativismo sustentável fortalecendo as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade para fortalecer as comunidades locais.
- Promover o turismo de base comunitária para fortalecimento e geração de renda para as Comunidades.
- Promover pequenos projetos de recuperação de áreas complementares às áreas de preservação permanente e sua transição.

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

- Apoiar ações pontuais, de rápido impacto, em áreas que cumprem função ecológica fundamentais para a manutenção da biodiversidade e da água, visto que ambas são complementares.
- Tornar obrigatório o monitoramento das ações e atuar de forma preventiva e corretiva quando necessário, para melhorar a eficácia dos esforços de conservação da biodiversidade e gerenciamento de recursos naturais, principalmente na compreensão da sensibilidade dos organismos, perda e fragmentação de habitat, perda de diversidade genética.
- Criar medidas de controle e fiscalização para zerar o desmatamento local.
- Fortalecer a juventude do campo ou rural.

### **Eixo 5 - Processos legais de licenciamento ambiental.**

O licenciamento é um dos importantes instrumentos da política ambiental, aplicado em todos os empreendimentos e atividades que causam impacto ambiental, tanto na sua implantação como no funcionamento. Dependendo do grau de impacto, são necessários estudos aprofundados, denominados na legislação como Estudos de Impacto Ambiental e correspondente Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. É importante também dar publicidade a esses estudos em audiências públicas, com participação ativa da comunidade atingida.

É importante sempre lembrar que fazem parte do processo de licenciamento, as Autorizações de Supressão de Vegetação e as Outorgas de uso das águas. Estes dois instrumentos não têm nenhum processo de participação social.

Estes procedimentos não têm sido executados com a necessária eficácia, especialmente com a devida e necessária participação da sociedade. Além disso, vários empreendimentos de significativos impactos têm sido fragmentados, como os megaprojetos de energia solar e eólica, para diminuir a exigência de estudos mais detalhados e audiências públicas. Além disso, na grande maioria dessas consultas, a população não recebe devolutiva das sugestões apresentadas, se foram acatadas ou não, e com a devida justificativa.

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

Constata-se também que é necessário um melhor conhecimento da população dos procedimentos, etapas e regras dos processos de licenciamento e o papel das instâncias reguladoras, para que possam contribuir com mais eficácia no acompanhamento, visando influir realmente no processo.

### **Sugestões de recomendações:**

- Realizar, previamente aos licenciamentos, escutas locais como sendo parte do processo, assim como obrigatória as devolutivas das informações. Estabelecer um protocolo para viabilizar estas questões de forma eficiente. Fundamental levar em conta os anseios das comunidades.
- Participar efetivamente dos colegiados ambientais e territoriais, visando interferir nos processos decisórios. A incidência política das comunidades precisa ser essencial no planejamento e na definição dos empreendimentos
- Estabelecer, de forma efetiva, salvaguardas socioambientais e territoriais nas licenças concedidas. O monitoramento do atendimento dessas salvaguardas, contrapartidas e condicionantes deve ser realizado de forma participativa.
- Fortalecer os colegiados ambientais e territoriais, visando cumprir realmente seu papel, com ampla participação das comunidades diretamente envolvidas. Deve ser fortalecido seu caráter deliberativo e ampliação da participação da sociedade civil.
- Criar instrumentos normativos e de controle com indicadores de responsabilidade e qualidade para toda cadeia do processo dos licenciamentos;
- Revisar a relação processos produtivos com as autorizações de supressão de vegetação e das outorgas (considerando a exclusão do uso). O modelo atual tem legalizado o desmatamento e gerado conflitos de acesso à água. Na Bacia do Rio São Francisco tem sido significativo esses conflitos.

## SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA

---

- Consolidar documento base a ser adaptado para diferentes mídias sobre os direitos das comunidades frente aos empreendimentos, detalhando os passos de planejamento, licenciamento e instalação - desde os estudos de potencial energético até a operação. O material deve ser construído com a participação e aprovação de comissão representativa das comunidades impactadas;
- Facilitar o acesso à documentação de planejamento, outorga e licenciamento de empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia;
- Criar informe periódico sobre empreendimentos em estudo e outorgados pela ANEEL para os órgãos estaduais e comissão representativa;

### **Eixo 6 – Gestão das Águas e Revitalização do São Francisco.**

O rio São Francisco e toda sua bacia hidrográfica tem um grande significado histórico no território brasileiro. Sua população ribeirinha tem uma cultura bem significativa e uma forte presença de movimentos sociais organizados. Sua gestão, iniciativas e políticas vêm sendo objeto de estudos, pesquisas e planejamento ao longo de várias décadas.

O debate sobre acesso e qualidade de água já está tecnicamente pavimentado nos inúmeros estudos técnicos inseridos nos planos da Bacia Hidrográfica e para revitalização do São Francisco em suas linhas que bem dialogam com a Lei das Águas. É fundamental retomar o olhar de planejamento integral da bacia hidrográfica, atualizando os estudos e retomando as bases de fundamentos e instrumentos para efetiva conservação das águas do rio São Francisco – principalmente avaliando os impactos somados da regularização das vazões e comprometimento dos atributos físicos e biológicos do rio para os diversos usos.

É fundamental retomar neste planejamento a dimensão dos usos múltiplos crescentes, consuntivos e não consuntivos, e os impactos gerados em projetos agrícolas, de geração de energia, de infraestrutura hídrica e de saneamento, que

## SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA

---

somam-se para o comprometimento da qualidade, disponibilidade hídrica e redução da biodiversidade.

É emergencial alertar para o comprometimento crítico dos componentes estruturantes do rio, em especial os ambientais, que em sua integridade culminam na disponibilidade hídrica, como a conservação das calhas dos rios e a conectividade montante e jusante que interferem diretamente na biodiversidade - nas funções e serviços ambientais/ecossistêmicos observados nos ciclos naturais de vazões, por exemplo.

O comprometimento da qualidade da água reverbera diretamente na saúde das pessoas e na disponibilidade de recursos naturais, como o pescado, que já se observa como comprometido, vulnerabilizando ainda mais as comunidades ribeirinhas do rio São Francisco.

Vários estudos já foram realizados para sua revitalização, como o programa desenvolvido no MMA há cerca de 10 anos atrás e que pouco foi executado. Uma revisão neste programa é importante, visando uma atualização e implementação. Também o programa de conversão de multas elaborado pelo Ibama em 2018 para a bacia do São Francisco é um bom documento para ser revisitado. A sociedade civil e membros dos comitês vem demandando dos governos e instituições estatais ações e programas com o objetivo da requalificação socioambiental do rio e toda sua bacia.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) tem uma atuação destacada, como instância de governança e no desenvolvimento de várias iniciativas. Foi estabelecida a cobrança do uso da água e a criação da Agência Peixe Vivo, que administra o recurso e apoia projetos das comunidades. A última atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia foi elaborada em 2016 para um horizonte de até 2025.

Assim, sugere-se o programa Desenvolvimento Verde para a revitalização do rio São Francisco com o propósito de fortalecer sua requalificação e o desenvolvimento de

## **SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA**

---

base sustentável da bacia e alcançar a governabilidade desejada, de forma inclusiva, popular e com justiça socioambiental.

Dentro do princípio da precaução, o primeiro passo deve ser a garantia de ordenamento e controle do uso de solo e conceituar melhor um programa de revitalização, ampliando a escala – de escalas pontuais locais para escalas da bacia hidrográfica.

### **Sugestões de recomendações:**

- Revisar, atualizar e aplicar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco;
- Implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos a fim de fortalecer e ampliar seu alvo de atuação pensando na proteção dos ecossistemas aquáticos.
- Dar isenção da taxa de solicitação da dispensa de outorga para grupos sociais que sobrevivem da água, para assim facilitar a implementação da Política de Recurso Hídrico (nacional e estadual).
- Revisar e aplicar um plano de revitalização do São Francisco dando ênfase inclusive a projetos locais pautados pelas organizações e movimentos sociais das comunidades com atuação no território.
- Conceituar, com precisão, a revitalização, como estrito sinônimo de recuperação hidroambiental e Gestão Sustentável das Águas.
- As obras e ações inacabadas, enquadradas nessa conceituação e passíveis de atualização, devem ser concluídas.
- Priorizar recursos da revitalização para implementação de instrumentos da gestão hídrica em todo o território da BHSF, quais sejam: cobrança pelo uso da água bruta, sistemas confiáveis de outorga para direito de uso das águas,

## SUGESTÕES DE RECOMENDAÇÕES PLANO NORDESTE POTÊNCIA

---

enquadramento, implantação de sistemas de monitoramento da quantidade e qualidade das águas, saneamento básico, entre outros.

- Privilegiar obras e ações de recuperação das matas ciliares, recuperação de nascentes e áreas de recarga, combate aos processos erosivos, reflorestamento, combate ao despejo de agrotóxicos, fertilizantes e esgotos na calha do São Francisco e nas calhas de seus rios afluentes, empoderamento, com os recursos da cobrança, dos comitês de bacias, combate ao desmatamento dos biomas, dentre outros.
- Ampliar e fortalecer a Fiscalização Preventiva Integrada (FPI), uma iniciativa do Ministério Público do Estado da Bahia, que conta com a participação do CBHSF e de diversas instituições dos Estados da bacia. A FPI realiza ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental.
- Apoiar ações pontuais, de rápido impacto, em áreas que cumprem funções ecológicas fundamentais para a manutenção da biodiversidade e da água como princípio da precaução, visto que a vegetação ao longo da calha do rio por si só não é capaz de conter os processos de erosão em grande escala, que se dão nas regiões das cabeceiras, nas áreas de recarga, mais ou menos distantes da calha dos rios da bacia.
- Implantar a restauração produtiva e regenerativa como os sistemas agroflorestais (SAF), que se aproximam aos ecossistemas naturais locais em estrutura e diversidade a partir de incentivo de Projetos.